



Demonstrações Financeiras

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil
Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo
Banco Central do Brasil**

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

30 de Junho de 2021

Conteúdo	Página
Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio	12
Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., relativas ao período findo em 30 de junho de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, para aquisição de veículos automotores nacionais e importados.

Em 30 de junho de 2021 a empresa administrava 34 grupos de consórcios (32 grupos em 30 de junho de 2020) com uma base de clientes ativos de 16.496 consorciados (15.552 consorciados ativos 30 de junho de 2020) e 9.795 bens entregues (7.841 de bens entregues em 30 de junho de 2020).

Eventos Societários

Em 30 de abril de 2021, em reunião de sócios cotistas realizada, foi aprovada a proposta para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$5.702, sendo: dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R\$1.625, sendo R\$1.624 destinado a RCI Banque e R\$1 destinado a Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., os quais foram saldados em, 24 de junho de 2021, e destinar o lucro líquido remanescente, no valor de R\$4.077 aplicado ao negócio da sociedade.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$14.354 milhões em 30 de junho de 2021, apresentando redução de 1% em relação a R\$14.465 milhões em 31 de dezembro de 2020. O lucro líquido apresentado no período findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$1.514 milhão (30/06/2020 - R\$2.984 milhões).

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2021, os ativos totais atingiram R\$21.031 milhões (30/12/2020 – R\$19.873 milhões). Desse montante destacamos R\$ 14.110 milhões de Títulos e Valores Mobiliários reconhecidos no ativo realizável a longo prazo.

Em 30 de junho de 2021, o exigível total atingiu R\$ 6.677 milhões (31/12/2020 – R\$5.408 milhões), representado, por Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias no montante de R\$ 206 mil (31/12/2020 – R\$ 394 mil) e Outras Obrigações – Diversas atingiu R\$ 6.471 milhões (31/12/2020 – R\$5.014 milhões) representadas, principalmente, por Recursos não procurados, pendentes de recebimento - Grupos encerrados e acordos comerciais.

Auditoria Independente

A política de atuação da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência o auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., informa que no período findo em 30 de junho de 2021, não foram prestados pela

KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

Ademais, a Administradora de Consórcio RCI Brasil informa que no período findo em 30 de junho de 2021, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Informações Semestrais..

Agradecimentos

A Administração da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., agradece aos cotistas pela confiança depositada.

Santana de Parnaíba, 25 de agosto de 2021.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores da
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.
Santana de Parnaíba - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2021 e demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2021 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o

Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Balancos patrimoniais em 30 de junho 2021 e em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

Ativo	Nota explicativa	2021	2020
Circulante		2.541	1.116
Disponibilidades		17	22
Aplicações financeiras de liquidez		8	-
Títulos e valores mobiliários	4	1.656	467
Livres		1.656	467
Carteira própria - Cotas de fundos de investimentos	4.a	1.656	467
Outros créditos	5	860	627
Rendas a receber		529	627
Diversos		331	-
Realizável a longo prazo		18.185	18.452
Títulos e valores mobiliários	4	14.110	13.935
Livres		14.110	13.935
Carteira própria	4.b	14.110	13.935
Outros créditos	5	3.075	3.540
Créditos específicos	5.a	1.165	1.130
Diversos		1.910	2.410
Crédito tributário	6	1.000	977
Ativo permanente		305	305
Imobilizado de Uso		305	305
Total do ativo		21.031	19.873

Passivo	Nota explicativa	2021	2020
Circulante		2.692	2.270
Outras Obrigações		2.692	2.270
Fiscais e previdenciárias		206	394
Diversas	7	2.486	1.876
Exigível a longo prazo		3.985	3.138
Diversas	7	3.985	3.138
Patrimônio líquido		14.354	14.465
Capital social	9.a	7.270	7.270
De Domiciliados no País		5	5
De Domiciliados no Exterior		7.265	7.265
Reserva de Lucro	9.b	7.084	7.195
Total do passivo e patrimônio líquido		21.031	19.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados em 30 de junho de 2021 e em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	2021 1º Semestre	2020 1º Semestre
Receitas da intermediação financeira		202	141
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		202	141
Resultado bruto da intermediação financeira		202	141
Outras receitas (despesas) operacionais		2.061	4.335
Receita de prestação de serviços	10	17.283	21.103
Despesas gerais e administrativas	11	(14.167)	(16.291)
Despesas tributárias		(911)	(1.197)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	(144)	720
Outras receitas não operacionais		13	-
Outras receitas não operacionais		13	-
Resultado antes da tributação sobre lucros		2.276	4.476
Imposto de renda e contribuição social	6	(762)	(1.492)
Imposto de renda - corrente		(573)	(929)
Contribuição social - corrente		(211)	(339)
Ativo Fiscal Diferido		22	(224)
Resultado líquido do período		1.514	2.984
Resultado líquido por ação - R\$		0,21	0,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente em 30 de junho de 2021 e em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2021	2020
	1º Semestre	1º Semestre
Resultado líquido do período	1.514	2.984
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	-	-
Resultado Abrangente do período	1.514	2.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho de 2021 e em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Lucro / Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9	7.270	1.257	-	8.527
Resultado líquido do período		-	-	2.984	2.984
Transferência para Reserva de lucro		-	2.984	(2.984)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	9	7.270	4.241	-	11.511
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9	7.270	7.195	-	14.465
Resultado líquido do período		-	-	1.514	1.514
Distribuição de dividendos			(1.625)		(1.625)
Transferência para Reserva de lucro		-	1.514	(1.514)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	9	7.270	7.084	-	14.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto) em 30 de junho de 2021 e em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2021	2020
	1º semestre	1º semestre
Lucro Líquido Ajustado		
Lucro líquido do período	1.514	2.984
Provisão para riscos cíveis, obrigações legais e previdenciárias	177	117
Imposto de renda e CSLL diferidos	(22)	224
Variações de ativos e passivos	(49)	(3.251)
Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários	(1.364)	(4.614)
Aumento (redução) em outros créditos	223	1.006
Redução (aumento) em outras obrigações	1.819	1.070
Imposto de renda e contribuição social pagos	(727)	(713)
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	1.620	74
Pagamento de dividendos	(1.625)	-
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(5)	74
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5)	74
Disponibilidades no início do período	22	7
Disponibilidades no final do período	17	81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2021 e em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

Ativo	Nota explicativa	2021 1º Semestre	2020 1º Semestre
Circulante e não circulante		178.051	123.954
Depósitos bancários		4.115	2.381
Aplicações financeiras	14	59.188	44.225
Disponibilidade dos grupos		5.590	7.262
Vinculado a contemplações		53.543	36.963
Recursos de grupos em formação		54	-
Outros créditos		114.748	77.349
Bens retomados ou devolvidos		67	24
Direitos junto a consorciados contemplados	15	114.681	77.324
Compensação		1.139.035	1.029.278
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		8.073	8.851
Contribuições devidas aos grupos		589.186	527.124
Bens a contemplar		541.776	493.303
Total do ativo		1.317.086	1.153.232

Passivo	Nota explicativa	2021 1º Semestre	2020 1º Semestre
Circulante e não circulante		178.051	123.954
Obrigações com consorciados		76.545	52.243
Valores a repassar		7.909	5.598
Contemplações a entregar		53.543	36.963
Recursos a devolver a consorciados		29.594	20.711
Recursos do grupo		10.460	8.438
Compensação		1.139.035	1.029.278
Recursos mensais a receber de consorciados		8.073	8.851
Obrigações dos grupos por contribuições		589.186	527.124
Bens a contemplar		541.776	493.303
Total do passivo		1.317.086	1.153.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos em 30 de junho de 2021 e em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2021	2020
	1º Semestre	1º Semestre
Disponibilidades no início do período	49.426	36.935
Depósitos bancários	4.073	4.028
Aplicações financeiras	45.353	32.907
(+) Recursos coletados	84.144	67.420
Contribuições para aquisição de bens	62.889	43.941
Taxa de administração	15.711	20.010
Contribuições ao fundo de reserva	1.311	1.073
Rendimentos de aplicações financeiras	2.204	529
Multas e juros moratórios recebidos	249	259
Prêmios de seguros	495	533
Outros	1.284	1.075
(-) Recursos utilizados	(70.267)	(57.749)
Aquisição de bens	(48.371)	(34.941)
Taxa de administração	(16.027)	(20.169)
Multas e juros	(135)	(122)
Prêmios de seguros pagos	(532)	(558)
Devoluções a consorciados desligados	(192)	(290)
Outros	(5.011)	(1.669)
Disponibilidades no final do período	63.303	46.605
Depósitos bancários	4.115	2.381
Aplicações financeiras	59.188	44.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (“Administradora”) é uma empresa brasileira sediada em Santana de Parnaíba/SP, que faz parte do Grupo Renault e iniciou suas atividades em 22 de julho de 1993. As operações da Administradora consistem na Administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos automotores nacionais e importados, com a cobrança de taxa de Administração. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de veículos, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro e o rendimento incorporado ao fundo comum de cada grupo.

Impactos da Covid-19 nas demonstrações financeiras

A Administradora monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados.

A Administradora manteve no primeiro semestre de 2021 as orientações dos agentes de saúde sobre a pandemia da COVID-19, tais como, distanciamento social, medidas de higiene e todos os colaboradores que prestam serviços a Administradora, foram orientados a permanecer em trabalho home office. Vale destacar que a atividade da Administradora não é de atendimento ao público na estrutura física. Tais atividades são desempenhadas por meio de parceiros e os pagamentos são feitos na rede bancária. Os impactos futuros relacionados à pandemia, possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, e continuarão a ser acompanhados pela Administração.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e com base na Resolução BCB nº 2, 12 de agosto de 2020, bem como, com observância nas demais normas e das instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) específicas para administradoras de consórcios, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020.

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado este regramento, a Administradora considera que o lucro líquido apurado no primeiro semestre de 2021 no montante de R\$ 1.514, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 25 de agosto de 2021.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Da Administradora

a. **Resultado das operações**

A taxa de administração, devida pelos participantes dos consórcios, é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme disposições na Circular BACEN nº 2381 de 18 de novembro de 1993 e a despesa de comissão decorrente da comercialização de cotas por terceiros, é apropriada ao resultado quando da realização da venda em consonância às disposições da Carta-Circular nº 2598 de 27 de novembro de 1995. As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**

A moeda funcional da Administradora é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

c. **Caixa e equivalentes a caixa**

Caixa e equivalentes a caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazos de vencimento iguais ou inferiores a 90 dias.

d. **Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: classificam-se nessa categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Títulos disponíveis para venda: classificam-se nessa categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados ou serem mantidos até o seu vencimento. A apresentação no balanço entre ativos circulante e não circulante é efetuada de acordo com os respectivos prazos de vencimento dos títulos. Os rendimentos intrínsecos são reconhecidos na demonstração de resultado e os ajustes a valor de mercado, ainda não realizados, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento: nessa categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Administradora tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A apresentação no balanço entre ativo circulante e não circulante é efetuada de acordo com os respectivos prazos de vencimento dos títulos.

e. **Ativo permanente**

Demonstrado pelos valores de custo de aquisição de cotas de consórcio para compra futura de bens.

f. **Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administradora revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto diferido ativo e provisão para contingências.

g. Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.
- Provisões para riscos: são avaliadas por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.
- Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

i. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas, com base na apuração do lucro real, sobre as bases tributáveis, e as alíquotas, de acordo com a legislação fiscal vigente. Foi utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% (quando aplicável) sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, o prejuízo fiscal de imposto de renda e a base negativa de contribuição social, estão apresentados na nota explicativa 6.

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e a expectativa de resultados futuros, e referem-se, principalmente, a diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

j. Provisão para inadimplência dos grupos

A Administração constituiu provisão para inadimplência de grupos ativos e encerrados, com base na avaliação da assessoria jurídica, que leva em consideração o estágio do processo jurídico e a expectativa de perda do valor devido, descontado o montante recuperável através da venda dos bens retomados.

k. Obrigações com consorciados

Representam o excedente obtido na gestão dos grupos de consórcios encerrados, que serão restituídos aos antigos quotistas, proporcionalmente às respectivas quotas, à medida que forem solicitadas, uma vez que não foi possível localizar esses consorciados.

3.2 Dos grupos de consórcio

a. Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária. Conforme determina o Bacen, os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo de consórcios administrado pela Administradora, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de Administração sobre estes. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos até a data do balanço, computados individualmente por grupo.

b. Direitos com consorciados contemplados

Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à previsão, para o mês subsequente ao do balanço, dos recebimentos de contribuições de consorciados (fundo comum e fundo de reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem na data de encerramento das demonstrações financeiras, conforme determina a Circular Bacen nº 2.381/93.

d. Bens a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no preço do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

e. Recursos coletados

Representam os recursos coletados desde a constituição dos grupos (ativos), inclusive por reajustes de saldo de caixa, rendimentos vinculados e valores transferidos ao fundo de reserva. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebido dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e o percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescidos da taxa de administração, do fundo de reserva e do seguro de vida, quando autorizado pelo consorciado. O Fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa, de cada grupo, pelo não recebimento de prestações. São constituídos na base de 2% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras das referidas prestações.

f. Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pela Administradora por conta dos grupos, inclusive a taxa de administração, decorrentes dos diversos compromissos dos grupos, que são debitados nas subcontas específicas, e têm como contrapartida as subcontas do grupo recursos a utilizar.

g. Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada.

h. Contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

i. Recursos a devolver a consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados: ativos por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização ou, ainda, aos consorciados desistentes e excluídos.

4 Títulos e valores mobiliários - Administradora

	2021	2020
Circulante		
Carteira própria - Cotas de fundo de investimento (a)	1.656	457
Realizável Longo Prazo		
Carteira própria - Letras Cambiais (b)	14.110	13.935
Total	15.766	14.402

- (a) Cotas de Fundo de Investimento administrado com lastro em títulos públicos e não exclusivos, classificadas como disponíveis para venda, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado.
- (b) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 14 de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2021, possuem prazo de vencimento em 2023.

5 Outros créditos - Diversos

	2021	2020
Rendas a receber	529	627
Diversos		
Valores específicos de grupos de consórcio (a)	1.165	1.130
Impostos a compensar	1.902	2.410
Outros créditos	339	-
Total	3.935	4.167
Circulante	860	627
Realizável a longo prazo	3.075	3.540

- (a) Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, registrados também no passivo conforme as regras do Bacen. Vide Nota Explicativa nº 7 (b).

6 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

Os valores lançados no resultado são assim sumarizados:

	2021 1º semestre	2020 1º Semestre
Resultado antes da tributação sobre lucros	2.276	4.477
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(774)	(1.522)
Prejuízo compensado	-	59
Outros ajustes	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(762)	(1.492)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	22	(224)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(784)	(1.286)

Em 30 de junho de 2021, a Administradora não possuía saldo de prejuízo fiscal (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020) e de base negativa de contribuição social (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

A Administradora constituiu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que serão tributáveis ou dedutíveis no futuro no valor de R\$ 1.000 em 30 de junho de 2021 (R\$ 977 em 31 de dezembro de 2020). A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

Créditos Tributários	31/12/2020	Constituições	Realizações	30/06/2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisão para despesas com comissões	1.188	8.593	(8.250)	1.530
Provisão para serviços de consórcio	689	3.111	(3.347)	454
Provisão para bônus adicional	261	50	(261)	50
Provisão para contingências	532	495	(318)	709
Outros	204	49	(56)	197
Total base dos créditos	2.874	12.298	(12.232)	2.940
Imposto de renda diferido (25%)	719	3.074	(3.058)	735
Contribuição social diferido (9%)	259	1.107	(1.101)	265
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	977	4.181	(4.159)	1.000

b. Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução BCB nº 15 de 17 de setembro de 2020 a qual revoga a Circular nº 3174 de 15 de janeiro de 2003, as administradoras de consórcio podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de cinco anos.

A Administradora de Consórcio efetuou seu estudo de realização para a data base de 30 de junho de 2021, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Realização Créditos Tributários	Valor Presente
2021	542	520
2022	458	439
Total	1.000	959

O valor presente fora calculado mediante taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) 2021 correspondente a 4,25%.

7 Outras obrigações - Diversas

	2021	2020
Recursos a devolver a consorciados (a)	1.124	467
Recursos pendentes - Em cobrança judicial (b)	1.165	1.131
Credores diversos - País (c)	921	486
Provisão para riscos cíveis (Nota Explicativa nº 8)	709	532
Provisão para comissões e bônus adicional	1.580	1.449
Provisão para serviços de terceiros (d)	453	689
Outros (e)	519	260
Total	6.471	5.014
Circulante	2.486	1.876
Exigível a longo prazo	3.985	3.138

- (a) Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados. Os valores apresentam-se individualizados por consorciados, conforme determinação do Bacen.
- (b) Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados registrados no mesmo montante em contas do ativo na rubrica "Valores específicos de grupos de consórcio", conforme as regras do Bacen. Vide Nota Explicativa nº 5 (a).
- (c) Representam fornecedores a pagar e valores a pagar dos grupos encerrados.
- (d) Representam provisões para serviços de terceiros e auditoria externa.
- (e) Representam valores a pagar a partes relacionadas e credores no exterior.

8 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais

Em 30 de junho de 2021, a Administradora possui provisão para passivos contingentes, a qual apresentou a seguinte movimentação no semestre e exercício:

	2021			2020		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo inicial	393	3	135	373	-	-
Reversão	(183)	-	(135)	(628)	(3)	-
Constituição	495	-	-	648	6	135
Saldo final	705	3	-	393	3	135
Quantidade	33	1	-	29	1	1

A Administradora possui em 30 de junho de 2021, outras 110 ações cíveis (82 em 2020) e 07 trabalhistas (06 em 2020), classificadas com risco de perda possível, com valor envolvido de R\$ 2.180 (R\$ 2.157 em 2020) e R\$ 602 (R\$ 696 em 2020), respectivamente.

9 Capital social

a. Capital social

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado está dividido em 7.270.767 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando valores monetários de R\$

7.270, sendo 5.653 quotas pertencentes a quotistas domiciliados no País e 7.265.114 quotas pertencentes a residentes no exterior.

O capital estrangeiro, no montante de R\$ 7.265, equivalente a US\$ 3.905 na data da integralização, está devidamente registrado no Bacen e pertence ao quotista e controlador RCI Banque.

b. Reserva de lucros

No semestre de 30 de junho de 2021, a Administradora constituiu lucros no valor de R\$ 1.514 e destinou para reserva de lucros, totalizando R\$ 7.084.

10 Receita de prestação de serviços

Os valores referem-se à prestação de serviços de administração de grupos de consórcio, cobradas mensalmente dos participantes dos grupos de consórcio.

	2021	2020
	1º semestre	1º semestre
Receita de prestação de serviços	17.283	21.103

11 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
	1º Semestre	1º Semestre
Despesas com comissões	8.212	9.493
Despesas de serviços técnicos	4.514	4.933
Propaganda e Publicidade	382	289
Serviços Administrativos	304	579
Outras despesas administrativas (a)	755	997
Total	14.167	16.291

- (a) Representam outras despesas administrativas tais como, despesas bancárias, perdas com administração de consórcio, despesas com gravames, processamento de dados, despesas legais e judiciais, e viagens e estadias.

12 Outras receitas (despesas) operacionais

	2021	2020
	1º Semestre	1º Semestre
Resultado de Provisões para Serviços Prestados (a)	236	(1.004)
Resultado de Provisão de Comissão	(1.581)	(763)
Reversão de Provisão de Comissão (b)	1.481	2.522
Resultado de Variações Monetárias	10	60
Resultado de Provisão para passivos contingentes (nota explicativa nº 8)	(177)	(117)
Outras receitas/despesas operacionais	(25)	22
Total	(144)	720

- (a) Representa o valor destinado a provisão de Profit Share dos serviços prestados pela terceirização da administração dos grupos de consórcios de acordo com a apuração do resultado mensal.

- (b) Representam reversão de bônus adicional de R\$ 261 referente pagamento sobre cotas ativas em dezembro de 2020, reversão de comissão no valor de R\$ 1.188 e reversão de propaganda e publicidade no total de R\$ 32.

13 Grupos de consórcio

Os controles contábeis dos grupos são individualizados, respeitando a autonomia de cada grupo, e executados de acordo com as normas emitidas pelo Bacen. Os dados das operações dos grupos de consórcio, compostos apenas por automóveis, estão demonstrados no quadro abaixo:

	Quantidades	
	30/06/2021	30/06/2020
Grupos administrados	34	32
Consoiciados ativos	16.496	15.552
Bens entregues no período	877	763
Bens entregues totais	9.795	7.841
Bens pendentes de entrega	1.242	720
Desistentes e excluídos totais	39.134	34.387
Desistentes e excluídos no período	4.069	6.967
Taxa de inadimplência	4,68%	4,17%

14 Aplicações financeiras - Grupos

	2021	2020
	1º Semestre	1º Semestre
Cotas de fundo de investimento – DI	59.188	44.225
Total	59.188	44.225

(*) Cotas de fundo de investimento - DI, com lastro em títulos públicos, não exclusivo e não existindo diferenças entre o seu valor presente e sua realização de mercado.

15 Direitos com consorciados contemplados

Direitos com consorciados contemplados estão assim representados:

	2021	2020
	1º Semestre	1º Semestre
Curso normal	111.196	75.966
Em atraso	2.636	1.076
Em cobrança judicial	849	282
Total	114.681	77.324

16 Transações com partes relacionadas

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (CNPJ nº 73.230.674/0001-56) é parte integrante do Grupo RCI Brasil que é composto, adicionalmente, pelas seguintes empresas: Banco RCI Brasil S.A. (CNPJ nº 62.307.848/0001-15), Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. (CNPJ nº 04.406.267/0001-34) e RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. (CNPJ nº 13.758.102/0001-12).

No semestre de 2021, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. reconheceu os valores elencados abaixo referente partes relacionadas:

Partes Relacionadas	Ativo		Passivo	
	2021	2020	2021	2020
Banco RCI Brasil S.A.	14.110	13.935	50	78
DIAC S.A.	-	-	335	133
RCI Banque S.A.	-	-	109	18
Total	14.110	13.935	494	229

Partes Relacionadas	Receita/Despesa	
	2021	2020
Banco RCI Brasil S.A. (a)	(172)	(1.017)
DIAC S.A. (b)	(203)	(132)
RCI Banque S.A. (c)	(233)	(764)
Total	(608)	(1.913)

- (a) Despesas de pessoal destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
- (b) Despesas de informática destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
- (c) Despesas administrativas destinado a Controladora da Administradora

17 Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Administradora não apresentava saldos e não realizou operações, durante os referidos períodos, conduzidas nos mercados de derivativos financeiros.

18 Eventos subsequentes

Entre 30 de junho de 2021 até a data do relatório de auditoria, 25 de agosto de 2021, não ocorreram eventos que pudessem alterar de forma significativa as situações patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

* * *

Diretoria Administradora

Jean Philippe Jacques Maurice Vallée
Diretor Presidente

Fabien Jean Michel Tournier
Diretor Administrativo Financeiro

Contadora
Suely Cristina da Silva Lima
CRC 1SP 155421/O-0